

CHRISTIAN HARTMANN/REUTERS

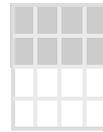
**TERRORISMO
PRISÕES EM PARIS
E BRUXELAS
COMEÇAM A
DESFAZER A TEIA**

**A CULPA É DE
UM POLÍCIA,
DIZ MINISTRO**

**ARREPENDIDO
FALA MAS POUCO**

**SVEN MARY,
PORQUE
DEFENDE UM
TERRORISTA?**

**Destaque, 4 a 9,
Opinião e Editorial**



EDITORIAL

P
publico

O princípio do fim da teia franco-belga?

A actual acção das polícias contrasta com as declarações espantosas do ministro do Interior belga

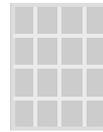
Depois dos ataques terroristas, e da confessada inépcia da polícia belga, o contra-ataque: nos arredores de Paris, foi preso Reda Kriket, que havia sido julgado à revelia a dez anos de prisão num processo antiterrorismo e estava a preparar novo atentado em França; em Bruxelas, no bairro de Schaerbeek, foi depois lançada outra operação policial onde foi detido e ferido um suspeito; nos municípios belgas de Forest e Saint-Gilles, a polícia deteve pelo menos seis pessoas (três foram depois libertadas); e começaram a ser feitas várias identificações e conexões, revelando nomes e entidades que se interligam numa rede de contactos que configurariam a teia terrorista franco-belga do autodenominado Estado Islâmico. Tudo isto sucede porque, depois da confissão de

um falhanço óbvio das autoridades belgas ao subavaliarem informações secretas vindas da Turquia, as polícias e os investigadores a elas associados não têm parado. Isto enquanto se interroga em Bruxelas Salah Abdeslam, o único sobrevivente dos autores dos atentados em Paris, figura controversa em todo este processo, que tanto pode ser um terrorista arrependido (e daí não se ter feito detonar no Estádio de França, desobedecendo às ordens) como pode ser alguém que recorre aos artifícios disponíveis (culpa o irmão, que morreu ao protagonizar um dos atentados) para atenuar as culpas que lhe sejam imputadas.

O autodenominado Estado Islâmico (EI), entretanto, já veio congratular-se pela matança, com vídeos jubilosos na Internet. Vídeos em que, segundo o SITE, grupo especializado na análise da ameaça jihadista, terão ameaçado Londres. Para azar dos seus mentores, os vídeos coincidiram não apenas com o avanço (com êxito) das operações antiterrorismo em França e na Bélgica como ainda com uma má notícia para o EI: a morte, anunciada pelos Estados Unidos, do número dois do "califado", o comandante Mustafa al-Qaduli,

também conhecido por Abu Ala al-Afri. A fantasia do "califado" estará a desmoronar-se, disse John Kerry, na Bélgica, talvez demasiado triunfante para os resultados.

Mas se tal processo, em rápido andamento, inspira confiança, já as declarações do ministro do Interior da Bélgica, Jan Jambon, feitas no Parlamento, são, no mínimo, de espantar. Segundo ele, a culpa pela não circulação de informação acerca de Ibrahim El Bakraoui, o bombista suicida que se fez explodir no aeroporto de Zaventem, deve-se a um só polícia: o oficial de ligação com as autoridades turcas na embaixada belga em Ancara. Como se não bastasse, Jan Jambon ainda acrescentou esta declaração lapidar: "O passado dos irmãos El Bakraoui (...) não era assim tão negativo como o sugerem estes últimos dias." E para remate de tal caricatura, em lugar de serem demitidos ou pelo menos sancionados os responsáveis máximos pela segurança belga (e não um simples polícia, como se quis fazer crer), vai ser aberta uma comissão parlamentar de inquérito. Naturalmente, não há data prevista para começar a trabalhar. Esperará novo ataque?



TERRORISMO

Prisões em Paris e Bruxelas começam a desfazer a teia

Operação policial na Bélgica levou a mais detenções de suspeitos. Prisão, em Paris, de recrutador de jihadistas para a Síria e descoberta de arsenal pronto para um novo ataque desencadearam acções

Clara Barata

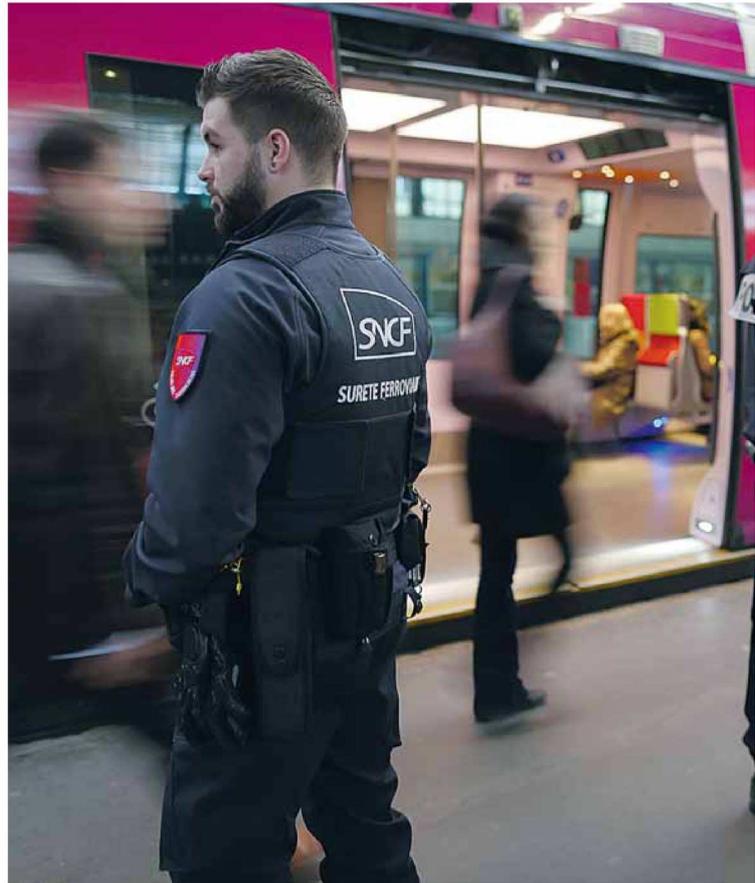
A prisão nos arredores de Paris de Reda Kriket, um homem de 34 anos que as autoridades dizem que estava a preparar um novo atentado em França, em fase de planeamento já muito avançada, desencadeou uma grande operação policial ontem em Bruxelas, no bairro de Schaerbeek, onde foi detido e ferido outro suspeito.

O suspeito foi detido numa paragem de autocarros, depois de não responder positivamente às ordens da polícia. Tinha uma mala que alguns *média* belgas dizem que poderia conter explosivos – ou pelo menos havia esse receio. A brigada de minas e armadilhas tem estado no bairro de Schaerbeek, onde se ouviram várias explosões. Trata-se de detonações controladas, explicou à AFP o burgomestre deste

bairro de classe média no Norte de Bruxelas. Ontem ouviram-se pelo menos três.

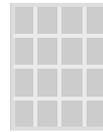
Os irmãos bombistas-suicidas que realizaram os atentados de terça-feira em Bruxelas – Ibrahim e Khalid El Bakraoui – viveram numa casa neste bairro durante dois meses. Na morada onde um taxista os foi buscar, no dia do atentado, a polícia descobriu 15 quilos de explosivos do tipo TATP, 150 litros de acetona, detonadores e uma mala cheia de pregos e parafusos, bem como outros ingredientes usados para produzir bombas. É uma enorme quantidade de explosivos: bastam quatro quilos de TATP para fazer uma bomba tão devastadora como as que foram usadas em Bruxelas, disse à Reuters Ehud Keinan, um cientista israelita que estudou este material durante 35 anos.

No balanço final de ontem, tinham sido detidas pelo menos seis pessoas – embora três tivessem sido



Polícias e seguranças dos caminhos-de-ferro franceses cruzam-se na estação de comboio de São Lázaro, em Paris

Reda Kriket, o outro suspeito detido ontem, foi capturado depois de ter sido atingido pela polícia



libertadas –, nas zonas de Forest e Saint-Gilles, e tinha sido lançado um alerta sobre uma outra, Naim Al Hamed, um sírio que entrou na Europa com refugiados através da ilha grega de Leros, uma das mais pequenas, onde há menos controlos, a 20 de Setembro. O *Le Monde* diz que poderá ser “o homem de chapéu” ainda não identificado, que acompanhava os bombistas-suicidas do aeroporto de Zaventem.

Sabe-se que Salah Abdeslam, o terrorista que não se fez explodir nos atentados de 13 de Novembro em Paris, e que agora foi capturado, foi visitar Naim Al Hamed à Alemanha, a 2 de Outubro de 2015, diz ainda o diário francês. E o ADN correspondente a este homem, que a polícia belga descreve como “muito perigoso e susceptível de estar armado”, foi detectado no apartamento da Rua Max Roos, em Schaerbeek, de onde partiram de táxi os três homens apanhados nas câ-

Outros media belgas apontam para um dos detidos, Fayçal Cheffou, como o possível homem do chapéu

maras de vigilância do aeroporto. Outros media belgas apontam para um dos detidos, Fayçal Cheffou, como o possível homem do chapéu. Foi preso na quinta-feira ao pé da Procuradoria Federal e não está a colaborar com a justiça – ou seja, não quer falar.

Najim Laachraoui, o ex-estudante de engenharia que terá produzido os explosivos usados nos atentados de Paris e Bruxelas, foi por outro lado identificado definitivamente como

um dos bombistas-suicidas do aeroporto. O seu ADN foi detectado num pedaço de tecido de um dos coletes explosivos usados pelos bombistas da sala de espectáculos Bataclan e outro do Estádio de França.

A importância de Kriket

Ontem, o grupo Estado Islâmico reivindicou os ataques em Bruxelas pela primeira vez em vídeo, divulgando vários na Internet, alguns deles com combatentes radicais belgas felicitando-se pelo massacre. Num dos vídeos, é feita uma ameaça a Londres, diz o SITE, um grupo especializado na análise de ameaça jihadista.

Não se sabe o que conduziu a investigação até Argenteuil, nos arredores de Paris, e à prisão de Reda Kriket. Mas a descoberta deste próximo de Abdelhamid Abaaoud, o cabecilha dos atentados de Novembro em Paris – morto pela polícia em Saint-Denis, numa grande operação policial, dias depois –, foi um grande avanço.

Tinha um grande arsenal em casa, com explosivos e armas, que incluíam metralhadoras kalachnikov, carregadores de AK-44, sete pistolas, inúmeras munições, e grande quantidade de material eléctrico e químico, que se julga poder servir para fabricar explosivos.

Mas Reda Kriket é bem conhecido da justiça francesa e belga: foi condenado à revelia, em Bruxelas, em Julho de 2015, juntamente com Abdelhamid Abaaoud, num vasto processo judicial contra pessoas que estiveram ligadas (organizadores e voluntários) a uma rota que levava jihadistas para a Síria, disseram ontem fontes policiais citadas pela AFP.

No processo em que foi julgado à revelia, Kriket – que o jornal *Le Monde* diz ser mais um na “galáxia jihadista” franco-belga – foi condenado a dez anos de prisão. Abaaoud foi condenado no mesmo julgamento (e também à revelia) a 20 anos de prisão.

No total, 28 pessoas foram condenadas no dia 29 de Julho de 2015, no processo relativo a uma rede jihadista dirigida pelo pregador Khalid Zerkani, um bruxelense de 42 anos que actualmente está na prisão e conhecido pelos seus seguidores como *Papa Noel*. Zerkani é descrito pela justiça belga como “o maior recrutador” de jihadistas no país. Mas muitos dos que foram então julgados nunca foram sequer capturados, apesar de haver mandados de captura contra eles.

15

A polícia encontrou material de fabrico de bombas, entre ele 15 quilos de explosivos tipo TATP

A culpa é de um polícia, diz ministro do Interior belga

Clara Barata

A culpa da falta de informação em Bruxelas sobre a radicalização de Ibrahim El Bakraoui, um dos bombistas-suicidas que se fizeram explodir no aeroporto de Zaventem, é do polícia que ocupa o posto de oficial de ligação com as autoridades turcas na embaixada da Bélgica em Ancara, afirmou ontem o ministro do Interior belga, Jan Jambon, no Parlamento.

“Só posso concluir que uma pessoa foi no mínimo negligente, pouco pró-activa e pouco empenhada”, afirmou o ministro, que na véspera tinha oferecido a sua demissão ao primeiro-ministro (recusada), reconhecendo terem existido erros de segurança. Numa audição conjunta das comissões da Justiça, do Interior e dos Negócios Estrangeiros, Jambon acusou este oficial da polícia federal de ter demorado muito a informar o Governo da detenção de Ibrahim El Bakraoui junto à fronteira com a Síria no Verão passado e da sua extradição para a Holanda – onde não foi detido, pois não havia qualquer mandado para a sua captura.

Segundo a explicação do ministro, Bakraoui foi capturado na Turquia a 11 de Junho de 2015 e as autoridades turcas informaram a embaixada belga de que seria colocado num avião para Amster-

dão, como este tinha pedido, a 14 de Julho. Como o oficial de ligação belga só informou Bruxelas seis dias mais tarde, a 20 de Julho, de que Ibrahim El Bakraoui tinha sido detido na Turquia por suspeita de estar a tentar atravessar a fronteira para ir para a Síria juntar-se a um grupo terrorista, as autoridades holandesas não o detiveram à chegada. Não havia um alerta internacional em seu nome – apenas era procurado por ter deixado de comparecer às reuniões de controlo da liberdade condicional desde Maio (fora condenado na Bélgica por um crime de delito comum).

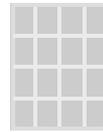
O oficial de ligação em Ancara procurou depois obter mais dados das autoridades turcas para confirmar a detenção por terrorismo – mas a resposta só chegou a Bruxelas a 11 de Janeiro de 2016.

“O passado dos irmãos El Bakraoui [Khalid, que também estava em liberdade condicional, fez-se explodir na estação de metro de Maelbeek] não era assim tão negativo como o sugerem estes últimos dias”, tentou justificar o ministro da Justiça, Koen Geens, que também ofereceu a sua demissão, igualmente recusada pelo primeiro-ministro, Charles Michel.

Vai ser aberta uma comissão parlamentar de inquérito sobre este caso, que, no entanto, ainda não tem data prevista para início dos trabalhos.



Jan Jambon, ministro do Interior belga



TERRORISMO

O interrogatório de Salah Abdeslam, o arrependido

Félix Ribeiro

O sobrevivente dos ataques a Paris arrependeu-se no último momento e nada disse que tivesse impedido os atentados a Bruxelas

Salah Abdeslam é o único participante dos atentados de Novembro vivo e foi capturado na sexta-feira da semana passada, depois de mais de quatro meses com o título de “o homem mais procurado na Europa”. A sua detenção pode ter precipitado os ataques em Bruxelas, alegadamente previstos para o final da semana, mas antecipados por receio de que Salah os denunciase às autoridades. De facto, o jovem francês de 26 anos falou: a primeira vez à polícia e a segunda a um juiz de instrução, num total de duas horas de declarações, mas nada disse que pudesse ter impedido os acontecimentos de terça-feira, que, assegura, não conhecia de antemão – apesar dos indícios que sugerem o contrário.

O diário francês *Le Monde* e a televisão belga BFMTV revelaram ontem pormenores do que foi dito por Abdeslam nas suas duas horas de interrogatório. Primeiro, sobre o seu papel nos atentados de Novembro: tinha uma missão suicida no Estádio de França, mas no último momento arrependeu-se e decidiu não detonar o seu cinto de explosivos – isto apesar de Salah ter dito a um primo que não o fez por não ter “líquido explosivo” suficiente. Foi repreendido à chegada de Bruxelas por Abdel Belkaid, o jihadista argelino que lhe deu guarida quando Abdeslam fugiu de Paris.

Nas suas palavras, citadas pelo *Le Monde*: “Conduzi o carro. Devia ir para o Estádio de França para me fazer explodir no meio do estádio com os meus cúmplices. Contudo, recusei-me a fazê-lo quando estacionei. Depositei os meus três passageiros e depois voltei ao zero. Conduzi sem rumo e estacionei o carro não sei



Salah (no momento da captura) atira as culpas do atentado ao irmão

onde. Tranquei-o, fiquei com a chave e entrei na estação de metro de Montrouge. Fiz algumas paragens, uma ou duas, e depois sai.”

“Abdel não ficou contente de me ver regressar”, disse Abdeslam, já sobre a sua chegada a Bruxelas. “Expliquei-lhe que não me podia fazer explodir. Consolou-me e assegurou-me que me iria esconder durante uns tempos até que pudesse ir para um sítio onde ficasse em segurança”, acrescentou. Uma constante no interrogatório: Salah atira toda a responsabilidade do ataque para o seu irmão mais velho, Brahim Abdeslam, um dos bombistas-suicidas de Novembro. Confirma ter sido ele a alugar os carros e hotéis para os atacantes e assume ter conduzido três bombistas do Estádio de França. Nada mais. “Fiz isso a pedido de Brahim”, disse.

Contradições

Mesmo curtos, os interrogatórios de Salah – em que “parecia muito cansado”, segundo a versão europeia da *Politico* – estão peçados de contradições. O suspeito diz ter contactado apenas Mohamed Amri para fugir de Paris, quando os investigadores sabem que telefonou a várias pessoas. Diz que conheceu o cérebro dos ataques – Abdelhamid Abaaoud – só na véspera dos atentados, em-

bora esteja estabelecido que eram amigos há vários anos e que foram até detidos juntos em 2011. Negou conhecer os terroristas com ligação aos atentados desta semana em Bruxelas, quando tudo aponta para o contrário.

O seu advogado, Sven Mary, diz que Abdeslam pode valer “uma mina de ouro” em informações, mas o ministro da Justiça belga revelou ontem que o detido não voltou a colaborar com as autoridades depois dos atentados desta semana em Bruxelas – decisão que pode estar ligada ao desejo de ser extraditado para França “o mais rapidamente possível”. A sua ligação a vários terroristas em Bruxelas pode atrasar a sua deportação. O mesmo ministro belga – Koen Geens – assegura que o seu papel na investigação “está longe de terminado”.

As autoridades belgas tentaram saber mais sobre outros jihadistas da rede, mas não obtiveram respostas. Na única vez em que o interrogatório parece aproximar-se de informação que poderia travar os atentados desta semana, Salah é evasivo. Questionado sobre os irmãos El Bakraoui, que se fizeram explodir no aeroporto e metro de Bruxelas, o detido limita-se a responder: “Não os conheço.” **com**

Silvia Amaro, Bruxelas

EUA anunciam morte do número dois do Estado Islâmico

Os Estados Unidos anunciaram ontem a morte de um dos comandantes mais destacados do autoproclamado Estado Islâmico (EI). O líder jihadista era conhecido por vários nomes, incluindo o de Abu Ala al-Afri e Mustafa al-Qaduli, e visto como o segundo homem na linha de comando da organização terrorista e possível sucessor do autodesignado “califa”, Abu Bakr al-Baghdadi. O Pentágono não explica de que forma foi morto, sugerindo não ter sido através de um bombardeamento, como é habitual.

“Estamos gradualmente a eliminar o governo do Estado Islâmico”, declarou o secretário da Defesa norte-americano, Ashton Carter, anunciando que era provável que outras operações nos últimos dias tenham eliminado também o responsável pelas finanças do grupo, Haji Iman, e outros líderes importantes. Ainda na última semana, os Estados Unidos reivindicaram a morte daquele que era dado como o ministro da defesa do grupo, Omar al-Shishani, conhecido como “o tchetcheno” – apesar de ser natural da Geórgia.

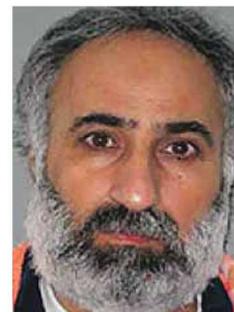
Na conferência de imprensa de ontem, porém, Carter pediu prudência. “Atingir a liderança é necessário”, disse, “mas, como sabem, está longe de ser suficiente”. “Os líderes podem ser substituídos. Estes comandantes já lá estavam há

algum tempo – são figuras de topo, experientes e eliminá-los é importante. Serão substituídos e continuaremos a ir atrás da liderança.”

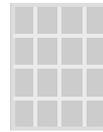
Em Bruxelas, o secretário de Estado norte-americano, John Kerry, afirmou que a mais recente vaga de atentados do EI na Europa é um reflexo das derrotas territoriais na Síria e no Iraque. “A razão por que estão a recorrer a acções fora do Médio Oriente é a de que a sua fantasia de um ‘califado’ está a colapsar-se diante dos seus olhos”, disse.

Enquanto Kerry falava na capital belga, o Exército sírio progredia sobre Palmira, onde ontem capturou a cidadela e se posicionou para a reconquista das ruínas da cidade que a UNESCO classificou como património da humanidade. No rescaldo dos atentados desta semana, o Governo belga disse querer retomar o uso de caças F-16 contra o Estado Islâmico, operação que já fez no Iraque, mas que interrompeu no último ano.

O secretário de Estado americano aterrou ontem na capital belga para um encontro com o primeiro-ministro Charles Michel e para participar numa cerimónia de homenagem às vítimas dos atentados de 22 de Março – entretanto cancelada devido às rusgas na capital belga. Kerry indicou que dois dos 31 mortos em Bruxelas são norte-americanos. **F.R.**



Mustafa al-Qaduli e Omar al-Shishani



TERRORISMO

Sven Mary, porque defende um terrorista?

Discute-se na Europa se terroristas e genocidas devem ser tratados como os outros criminosos. Ou se serão considerados párias, por recusarem o Estado de direito

Ana Henriques

A sua carteira de clientes incluía alguns dos nomes mais odiados de sempre. Defendeu o criminoso de guerra nazi Klaus Barbie, o genocida sérvio Slobodan Milosevic e o terrorista venezuelano Carlos, o Chacal. Quando lhe chamavam “advogado do diabo”, o francês Jacques Vergès respondia que era sua obrigação profissional defender qualquer pessoa que fosse acusada de um crime, especialmente aqueles sob os quais impendiam as acusações mais graves – ainda que não se identificasse com os seus actos. “O mal absoluto não existe”, afirmou à revista alemã *Der Spiegel* em 2008, cinco anos antes de morrer. “Os meus clientes são seres humanos. Têm dois olhos, duas mãos, um género – feminino ou masculino – e emoções. É isso que os torna tão sinistros.”

Os recentes atentados em solo europeu trouxeram para a ribalta outro advogado. Muito antes de Salah Abdeslam ter sido detido por fortes suspeitas de envolvimento nos ataques de Paris, já Sven Mary se tinha oferecido, em Janeiro, para representar o terrorista mais procurado da Bélgica. “O que me motiva é o combate contra a arbitrariedade e o abuso de poder. Algo que recrudescer na França e na Bélgica depois dos ataques”, explicou ao diário belga *Le Soir*. Tivesse Abdeslam negado o seu envolvimento nos actos terroristas, o advogado negar-se-ia a defendê-lo.

O discurso de Sven Mary, que não é virgem nisto de representar jihadistas radicais perante a justiça, aproxima-se do das organizações de defesa dos direitos humanos, que temem que a escalada de violência desencadeie como resposta dos Estados ditos civilizados uma proliferação de leis de carácter securi-

tário susceptível de pôr em causa direitos básicos de cidadania – não só dos suspeitos ou autores confesos de terrorismo como de todos os cidadãos. Temem, sobretudo, que comece a mudar o sentido da resposta dada à pergunta que muitos hoje colocam Europa fora: devem terroristas e genocidas ser tratados pela justiça da mesma forma que os restantes criminosos?

Não devem, diz Günther Jakobs de há pelo menos 30 anos a esta parte. Quando alguém comete um acto demasiado monstruoso para ser sequer compreendido, não merece sequer ser olhado como pessoa. Tem, isso sim, de ser visto como inimigo da sociedade cujos fundamentos tentou destruir, defende este eminente professor de

“Tornou-se impossível ler um estudo na Europa continental sobre terrorismo que não mencione o direito penal do inimigo”

direito alemão. Aos párias, a justiça não deve conceder os mesmos direitos fundamentais e garantias que às restantes pessoas.

Baptizada como “direito penal do inimigo”, quando esta doutrina surgiu, em meados dos anos 1980, era uma ideia entre muitas. O antigo ministro da Administração Interna Rui Pereira, que chegou a assistir a uma conferência de Jakobs em Berlim, conta como os atentados de 11 de Setembro de 2001 a colocaram na ordem do dia. Desde aí, explica, “tornou-se impossível ler um estudo na Europa continental sobre terrorismo que não a mencionem. É uma ideia marcante que

tem levado a grandes discussões”. Acusado de caucionar, do ponto de vista ideológico, violações dos direitos humanos como as que têm sucedido em Guantánamo, o catadrático alemão hoje já reformado não tem hesitado em criticar o que se passa na prisão norte-americana. Mas a prática da tortura pelo Estado não lhe merece uma resposta taxativa. Dá como exemplo o caso real do polícia condenado por ter torturado o raptor da filha de um banqueiro alemão como única forma de encontrar o seu paradeiro. “Perante uma ameaça sem precedentes – e de um momento para o outro podermos ter um ataque terrorista em Portugal – é preciso garantir o máximo de eficácia no combate ao fenómeno do terrorismo. O que passa por abrimos algumas excepções para tratar o que é excepcional, sem perder a noção dos limites. A tortura só poderá ser legitimada ao abrigo do direito de necessidade: tem de se estar perante uma ameaça iminente de um mal superior e isso tem de ser certo e seguro. Só aí se pode admitir que o Estado recorra a meios como este para obter uma informação relevante para evitar um mal maior”, pondera o presidente da Associação de Advogados Penalistas, Paulo Sá e Cunha. “É muito discutível se é admissível um Estado de direito democrático fazê-lo.”

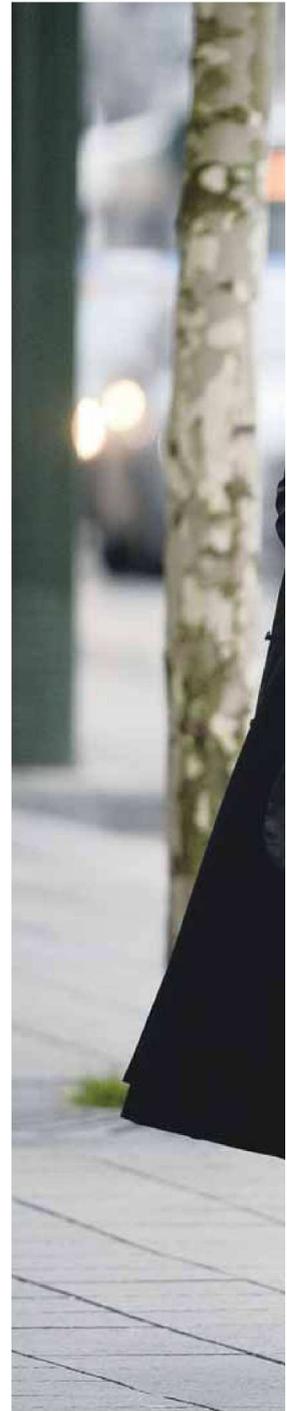
O advogado esteve em Janeiro num encontro sobre o direito penal do inimigo em Bolonha, e o panorama que traça não é a preto e branco. Ao mesmo tempo que reitera a necessidade de o Estado assegurar princípios aceites universalmente, como o de levar todos os criminosos a julgamento, faz notar que a penalização de certas práticas até há poucos anos isentas de censura penal, como a tentativa de viajar para determinado país para ali receber formação terrorista, já configura uma doutrina idêntica à de Jakobs. “Nós, penalistas, temos

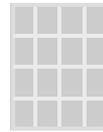
de defender intransigentemente os arguidos. Mas não podemos enfiar a cabeça na areia. Temos de ter a razoabilidade para perceber que há novas ameaças de uma dimensão e perigosidade diferentes e que temos de as encarar do ponto de vista do direito penal com alguma abertura”, observa. “Se ficarmos agarrados aos princípios do liberalismo oitocentista, se calhar não vamos conseguir combater eficazmente esta ameaça. Os bens jurídicos essenciais à vida em sociedade estão a ser ameaçados de forma quase intolerável e num grau nunca antes visto por este tipo de terrorismo.”

Na luta contra o terrorismo, França vive numa espécie de suspensão criada pelo recurso a medidas excepcionais previstas na lei – desde Novembro que vigora o estado de emergência que permite ao ministro do Interior manter em prisão domiciliária qualquer pessoa cuja actividade seja considerada perigosa para a segurança e ordem públicas e ordenar buscas à residência de suspeitos de dia ou de noite, sem passar pela autorização de um juiz. Alguns autores consideram que se estará a cair na armadilha de julgar que só se pode defender a liberdade contra este tipo de ataques usando leis e tribunais especiais.

“No dia em que o Estado se guiar pelo horror que certas coisas causam ou por emoções, e em que, por outro lado, deixar de seguir, nas suas reacções punitivas, a racionalidade e o equilíbrio, perde a sua legitimidade e, sem dúvida, perde o seu cunho de Estado de direito. E se há conquista que não podemos destruir – sob pena, aliás, de com isso cedermos a parte dos objectivos de alguns terroristas – é o Estado de direito e, também, o primado dos direitos humanos”, observa o penalista Rui Patrício, para quem, a haver desequilíbrio entre liberdade e segurança, que seja a favor da liberdade.

Essa é também a posição do do-





Sven Mary, advogado belga, ofereceu-se em Janeiro para defender Salah Abdeslam

cente Manuel Guedes Valente, que escreveu um livro sobre o direito penal do inimigo: “O caminho de belizar o direito penal apenas nos traz o espectro do medo e da insegurança e nunca nos garante uma segurança real e efectiva. É uma utopia pensar que o direito penal do inimigo nos produz um espaço e tempo de segurança. Produz exclusão, produz alienação social e política, produz um espaço e um tempo de pessoas e não-pessoas, de amigos e inimigos.”

Estabelecer regimes de estado de sítio ou de emergência com pressupostos demasiado latos ou com duração prolongada pode pôr em causa os direitos dos cidadãos, considera Rui Patrício. Ocultar aos arguidos a possibilidade de saber de que são exactamente suspeitos, de comunicar livremente com o seu advogado ou de se remeterem ao silêncio, por exemplo, é “destruir o pilar essencial do Estado de direito” que constitui a sua defesa. Rui Patrício fala mesmo numa “forma perversa de terrorismo de Estado”: “Esses simulacros carnavalescos [de justiça] podem ser muito populares, mas a prazo pagam-se caros, à custa de todos nós, incluindo quem aplaudiu”. Entre nós, “pelo menos ao nível da lei, pode afirmar-se que um suspeito de terrorismo é como outro suspeito qualquer”, esclarece.

Esta é, de resto, também a posição da comissão de direitos humanos da Ordem dos Advogados, para a qual num Estado de direito democrático não podem existir distinções entre os destinatários das leis, “punindo homens em vez de condutas e construindo guerras em vez de justiça”, porque isso será “o mais curto caminho para o totalitarismo”. A comissão rejeita um sistema penal que constitua “pouco mais do que uma guerra ‘controlada’ em resposta a ameaças de guerras que não somos capazes de prevenir ou responder com eficácia”.

Fundador, com Rui Pereira, do Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo, José Manuel Anes é igualmente dos que consideram ser de “evitar a todo o custo o extremismo de direita que surge sempre nestes momentos”, nomeadamente propondo agravamento de penas até à prisão perpétua. “Qual é a eficácia de uma pena do direito penal tradicional relativamente a pessoas que têm propósitos suicidas? É-lhes indiferente se incorrem em dez anos de prisão ou em prisão perpétua, ou mesmo em pena de morte”, lembra Paulo Sá e Cunha.

O fácil acesso de muitas organizações criminosas “poderosíssimas e violentas”, como as máfias e triades, ao próprio aparelho de Estado leva o ex-ministro a dar razão a Jakobs pelo menos num ponto: há que lançar mão de medidas especialmente eficazes, como as acções encobertas, o estatuto do arrependido ou a interceptação de comunicações para combater este tipo de fenómenos. Ou ainda do estado de emergência, que pode suspender o direito de manifestação e decretar o recolher obrigatório. “Mas não pode ser suspenso o direito à integridade física, à identidade pessoal, aos direitos de defesa no processo penal”, sublinha Rui Pereira. “Autorizar a tortura, que atenta contra a dignidade do ser humano, seria um retrocesso civilizacional que nos levaria à Idade Média e à Inquisição. E há que garantir o direito de defesa, por mais horríveis que sejam os crimes.”

No caso português, os advogados oficiosos não podem recusar patrocinar um criminoso confesso, invocando a repulsa que lhes suscita o crime praticado. Vice-presidente do conselho de deontologia dos advogados de Lisboa, Teresa Alves de Azevedo explica porque: “Está no ADN do advogado considerar que toda a gente tem direito a de-

Europol e Interpol “parecem só estar preparadas para a criminalidade comum e para o terrorismo clássico”

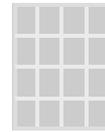
fesa – o que não significa que peça a libertação do suspeito, mas sim que se assegure que é feita justiça. O advogado não pode fazer parte do linchamento público, ele é a última barreira antes da barbárie.” Estivesse Salah Abdeslam a braços com a justiça portuguesa, e sem dinheiro para pagar a alguém que o patrocinasse, e ao advogado que lhe fosse nomeado não serviria de muito invocar a objecção de consciência: “Só isso não é motivo de escusa”, esclarece a dirigente da Ordem dos Advogados.

Afinal, trata-se de alguém que se inscreveu voluntariamente para defender quem lhe aparescesse. Já se ao

advogado nomeado para defender o terrorista tivesse morrido um familiar nos ataques de Paris, e poderia invocar esse facto como motivo de escusa válido para não ter de aceitar o caso. Paulo Sá e Cunha recorda como foi difícil arranjar quem representasse Carlos Silvano no processo Casa Pia: “A certa altura, o então bastonário dos Advogados, José Miguel Júdice, tomou uma posição: se não houvesse mais ninguém, seria ele a defendê-lo, em homenagem a uma responsabilidade institucional que tinha. Era um patrocínio muito impopular, mas um dever institucional. A verdadeira objecção de consciência só se pode pôr em casos excepcionais. Se toda a gente se recusasse a defender homicidas, nunca se poderia julgar ninguém.”

A carreira da procuradora Cândida Almeida ficará para sempre indissoluvelmente ligada aos dois processos das FP-25, cuja investigação dirigiu nos anos 1980. Eram mais de cem os arguidos, e nem computadores tinha na altura. Seis deles beneficiaram de isenção de pena, por terem ajudado a justiça, relembra. Reconhecendo que são muito diferentes os terroristas dos dias de hoje, a magistrada pensa que, para além da prevenção e da troca de informações entre polícias, uma medida a ponderar seria a criação de um tribunal internacional dedicado exclusivamente a este tipo de crimes – à semelhança do Tribunal Penal Internacional, que esta semana condenou o antigo líder sérvio bósnio Radovan Karadžić, hoje setuagenário, a 40 anos de prisão por genocídio praticado nos anos 1990. “Teria de ser um tribunal com regras de processo penal um pouco diferentes do habitual, por forma a que o arguido não pudesse destruir provas nem ameaçar os jurados. E teria de ter polícias e magistrados especializados.” Cândida Almeida acha que mesmo polícias como a Europol ou a Interpol “parecem só estar preparadas para a criminalidade comum e para o terrorismo clássico”, razão por que é preciso apostar na formação de especialistas num fenómeno que se tornou transnacional e de matizes ainda muito incompreendidos.

“Deixou-se chegar as coisas longe demais. Os países não podem exagerar nas medidas securitárias, mas também não se podem fragilizar em nome das liberdades. É difícil, mas o ser humano tem capacidade para encontrar esse equilíbrio. Afinal, até já foi à Lua”, conclui Cândida Almeida.



Da burka ao colete de explosivos

José Pacheco Pereira

Recentemente estive num país europeu onde um dos aspectos em que as ruas mais visivelmente mudaram foi o número cada vez maior de mulheres com *niqab* e algumas com *burka*. Um *niqab*, que mostra apenas os olhos da mulher, ou a *burka* que nem isso mostra, não é nada que passe despercebido, deixando a milhas o vulgar lenço na cabeça muitas vezes usado com uma roupa em nada diferente da que traria uma rapariga não muçulmana qualquer, ou um mais envolvente *hijab*, ou um *chador*, que pela sua preocupação de tapar todo o corpo da mulher, com exceção da face, já proclama mais claramente a prisão a que, em todos estes casos, o corpo da mulher está sujeito. *Hijab*, *chador*, *niqab* e *burka* reflectem uma hierarquia com distintas origens e tradições, mas em todos os casos significam uma menorização do corpo da mulher e são um símbolo do poder masculino.

Num elevador com duas ou três mulheres, velhas e novas, de *niqab*, ou num restaurante perguntando-me como é que comem quando todas as atenções estão viradas para elas, como é inevitável, a sua presença gera uma grande sensação de desconforto. Preferia não ter de partilhar um espaço pequeno, mesmo que por minutos, com mulheres que se vestem assim. Incomoda e muito.

Pergunto-me se este tipo de desconforto seria o mesmo que teria um branco no Mississippi se tivesse de se sentar num autocarro ao lado de uma negra nos tempos da segregação. Ou será que o mesmo tipo de desconforto terá um devoto muçulmano se numa aldeia nigeriana, ou numa vila do interior da Anatólia, ou no Magrebe, se tivesse ao seu lado uma mulher “pouco vestida” segundo os seus cânones de correcta maneira de vestir? Aliás, para este último exemplo, não preciso sequer de ir para o mundo do islão: já vi a comoção gerada por uma rapariga que amamentava o filho num café e para isso mostrava um seio. Ou, se se quiser, o incómodo causado por um transexual num meio pequeno e fora dos sítios *trendy* das cidades. Em quase todos estes casos, mesmo no caso do transexual, é o corpo feminino, a sua ocultação ou exibição, ou a sua assunção pelo sexo “errado”, que está em causa. Não sei que mal fizeram as mulheres, com exceção dessa serva da serpente, Eva, para gerarem este tipo de reacção. Saber sei, há muitos estudos de antropologia e psicologia que o explicam, mas sabendo, não sei.

Ora, um dos aspectos mais complexos de uma alteridade cultural, que representa uma fronteira “civilizacional”, é o modo como no mundo do islão todas as tentativas de

modernização têm encailhado na dificuldade de conceber um papel diferente para a mulher, que não a considere propriedade dos homens, do marido aos irmãos e aos pais, e que não a marque com um vestuário humilhante que se destina a mostrar a sua subjugação. É por isso que o *niqab* é ofensivo, tanto mais quando ao lado da mulher assim escondida está um marido jovem, desempoeirado, de *jeans* e telemóvel em punho, que, como é óbvio, não segue qualquer código de vestuário e a transporta como se fosse uma peanha.

No debate sobre o terrorismo que se está a travar, antes com a Al-Qaeda, agora com o Daesh, o facto de alguns dos terroristas que combatem na Síria ou no Iraque serem europeus, e os actos de terrorismo apocalíptico em que o objectivo é matar o maior número de “infieis” no menor tempo possível serem de responsabilidade de jovens muçulmanos nascidos na França ou na Bélgica, obriga a olhar para Marselha, Paris, Bruxelas e Londres e saber o que é que aí está a acontecer. Obriga-nos também a perceber com ainda maior clareza que o relativismo “multicultural” pode ser muito bem avontadado, mas representa uma

cedência de valores civilizacionais inaceitável por quem acredita que um mundo com direitos humanos é melhor do que a aceitação de qualquer selvajaria em nome dos “costumes” ou da religião.

Ora, se o terrorismo em si não pode ter qualquer explicação que menorize o acto criminoso por qualquer determinação causal como o desemprego, a exclusão, ou qualquer outro factor socioeconómico, já importa saber por que razão é que nas comunidades onde se “criaram” estes terroristas eles são o seu produto, assim como nelas se movem à vontade, mesmo depois de se saber o que fizeram, como na velha metáfora guerrilheira, como “peixe na água”. Então há todo um conjunto de factores



Acabar com o Daesh é possível por meios militares, mas nos últimos vinte anos emergiu uma realidade política e religiosa de natureza muito violenta que existe muito para além do terreno sírio e iraquiano, e que está nas nossas cidades



que se tornam explicativos, explicativos não são justificativos, e entre eles avultam todos os que tornaram estas comunidades muçulmanas europeias, em particular em França, Bélgica e Reino Unido, esse espaço em que os terroristas se movem como “peixe na água”. Porque apesar das sucessivas declarações apaziguadoras de que a maioria das pessoas que vivem em bairros como Molenbeek em Bruxelas são gente pacífica – e são – e que condena com toda a veemência os actos de terrorismo – aí já não é bem assim, há *nuanças* –, a verdade é que essas comunidades, que deveriam estar na vanguarda da luta contra o terrorismo que lhe é tão próximo, estão longe de o estar. E aí contam as fronteiras que a alteridade cultural ajudou a erguer, dobrada da crescente adesão dos jovens a um islão fundamentalista, e que reforçam o gueto por dentro. Por fora, sabemos quais são os factores que reforçam esse mesmo gueto, a falta de mobilidade vertical que a estagnação económica da Europa dos últimos anos acentuou e a dificuldade que as sociedades europeias têm de criar o *élan* ascendente que o *melting pot* americano tem conseguido para a maioria dos seus emigrantes, muitos dos quais chegam sem nada. Na confluência das duas atitudes de gueto resulta que nos microcosmos, como os bairros pobres de Marselha, Londres, Paris e Bruxelas, se há islão moderado, não se ouve, nem parece existir, e o que acontece é uma crescente raiva, manifesta em particular nos jovens contra uma sociedade, que os leva a acentuar ainda mais o isolamento cultural e social. E as raparigas que usam ostensivamente pelo menos uma qualquer forma de “vestuário” islâmico recusam-se a cumprimentar os homens e a

ser vistas nos hospitais por médicos e não podem esperar ter muitos dos empregos a que poderiam aceder.

Mas atenção, também aqui os homens se comportam de forma diferente. Quando se diz que os atentados de Paris são contra o “nosso modo de vida”, cafés, restaurantes, uma sala de diversão, só em parte é verdade, porque muitos desses jovens radicalizados vivem muito bem nesse “modo de vida”: bebem, frequentam prostitutas, vestem-se à ocidental. Até um dia.

Depois há aquele factor que também o nosso “politicamente correcto” tem dificuldade em confrontar: o terrorismo da Al-Qaeda e do Daesh comporta uma componente religiosa, ou melhor, político-religiosa, que temos muita dificuldade em perceber em sociedades já com séculos de laicização. A resposta que se dá vai das alarvidades de Trump às proclamações sucessivas de que o islão “nada tem que ver” com o terrorismo, que é uma perversão do islão. Na verdade, tem. Não podemos separar o lado “bom” do “mau” de uma religião. Há uma corrente no islão, aliás já antiga, que justifica a exterminação dos “infieis”, como no passado aconteceu também no cristianismo. Aliás, deveríamos voltar à nossa história cristã para perceber alguma coisa sobre este fundamentalismo, visto que já o tivemos com bastante força no cristianismo, e está longe de desaparecer de todo. Por isso, se ignoramos que estes jovens que se suicidam, e também matam, têm também motivações do foro religioso, não percebemos que a religião, entendida de uma forma que nós consideramos para nosso conforto como “pervertida”, está presente nos actos dos terroristas.

Acabar com o Daesh é possível por meios militares, mas nos últimos vinte anos emergiu uma realidade política e religiosa de natureza muito violenta que existe muito para além do terreno sírio e iraquiano, e está nas nossas cidades. A experiência militar e operacional que estes jovens ganharam na Síria combatendo com o Daesh é importante, mas não é preciso ter uma grande experiência militar, saber muito de explosivos, e obter Kalashnikovs, o que não é difícil, para criar o caos criminoso num campo de futebol ou numa rua apinhada ao fim da tarde. Contrariamente ao que às vezes se sugere, não há grande sofisticação nestes atentados, com regras de clandestinidade rudimentares que só funcionam porque é difícil infiltrar estes meios, ou porque os serviços de informação como os belgas não viram nada na rua ao lado. Melhor *humint* melhora muito o combate ao terrorismo, mas mesmo assim não o impede de todo.

Dito isto, estamos metidos num grande sarilho.

Historiador. Escreve ao sábado